



PLANO DE METAS 2025



Rede
MPContas

Rede de Informações
Estratégicas para os
Ministérios Públicos de Contas

ÓRGÃO COLEGIADO – BIÊNIO 2025-2026

Cristina Machado da Costa e Silva (PGC - MPTCU)
Presidente

Camila Luz de Oliveira (PGC - MPC-BA)
Vice-Presidente da Região Nordeste

Cibelly Farias (PGC - MPC-SC)
Vice-Presidente da Região Sul

Henrique Pandim Barbosa Machado (MPCm-GO)
Vice-Presidente da Região Centro-Oeste

Marcílio Barenco Corrêa de Mello (PGC - MPC-MG)
Vice-Presidente da Região Sudeste

Stephenson Oliveira Victor (PGC - MPC-PA)
Vice-Presidente da Região Norte

COMITÊ GESTOR

Samuel Rosa da Fonseca Silva (MPTCU)
Presidente

Jonathan Artmann (MPC-SC)
Supervisor Comissão Temática 1

Walter Junior Cabral de Lima (MPC-ES)
Supervisor Comissão Temática 2

Ana Paula Milanez Braga (MPC-MG)

Fernando Aquino Scaliante (MPC-PR)

João Mário de Medeiros Paixão (MPC-SP)

Lena Márcia de Oliveira Campos (MPC-PA)

Murillo Victor Umbelino Machado (MPC-RN)

Werner Italo Cardozo (MPC-PE)

Comissão Temática 1

Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento

João Mário de Medeiros Paixão (MPC-SP)

Jonathan Artmann (MPC-SC)

Samuel Rosa da Fonseca Silva (MPTCU)

Comissão Temática 2

Atuação Interinstitucional, Tecnologia e Inovação

Ana Paula Milanez Braga (MPC-MG)

Fernando Aquino Scaliante (MPC-PR)

Lena Márcia de Oliveira Campos (MPC-PA)

Murillo Victor Umbelino Machado (MPC-RN)

Walter Junior Cabral de Lima (MPC-ES)

Werner Italo Cardozo (MPC-PE)

SUMÁRIO

Comissão Temática 1	6
1.1. Introdução	7
1.2. Comissão Temática 1: Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento	8
1.3. Eixos Estratégicos e Ações para 2025	8
1.3.1. Planejamento Estratégico e Estruturação Organizacional	9
1.3.2. Comunicação, Relacionamento e Integração Institucional	10
1.3.3. Produção, Gestão e Compartilhamento de Conhecimento	11
1.3.4. Modelagem de Projetos e Disseminação de Boas Práticas	12
1.3.5. Gestão de Sistemas, Bases de Dados e Soluções Tecnológicas	13
1.3.6. Capacitação e Desenvolvimento Profissional	14
1.4. Considerações Finais	15
Comissão Temática 2	16
2.1. Introdução	17
2.2. Comissão Temática 2: Atuação Interinstitucional, Tecnologia e Inovação	18
2.3. Grupos de Trabalho	19
2.3.1. GT Tecnologia e Gestão da Informação	20
2.3.2. GT Gestão e Governança no Setor Público	21
2.3.3. GT Transparência e Finanças Públicas	21
2.3.4. GT Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	22
2.3.5. GT Políticas Públicas e Inclusão Social	22
2.4. Proposta de Ações para o Plano de Metas de 2025	23
2.4.1. Projeto SINARC	23
2.4.2. Projeto Controle Comissionado	28
2.4.3. Projeto Radar Ambiental	33

SUMÁRIO

2.4.4. Projeto Fiscalização da Defesa Civil.....	36
2.4.5. Projeto Monitoramento Nacional de Despesas com Shows.....	38
2.4.6. Portfólio Residual de Ações.....	41
2.5. Considerações Finais.....	45



COMISSÃO TEMÁTICA 1

Desenvolvimento Institucional e Gestão
do Conhecimento



1.1. INTRODUÇÃO

A crescente complexidade da gestão pública e a constante evolução das práticas que desafiam a integridade do erário exigem dos Ministérios Públicos de Contas (MPCs) uma postura cada vez mais estratégica e tecnicamente qualificada. Nesse cenário, o fortalecimento da capacidade de produzir conhecimento útil, tempestivo e acionável configura-se como um vetor crucial para a efetividade do controle externo ministerial. A atuação em rede, por meio da colaboração e do intercâmbio de informações e metodologias, potencializa essa capacidade, permitindo que os MPCs respondam aos desafios contemporâneos de forma mais ágil e assertiva.

É com este pano de fundo, que a Comissão Temática 1 (CT1), dedicada ao Desenvolvimento Institucional e à Gestão do Conhecimento no âmbito da Rede MPCContas, apresenta seu Plano de Metas para 2025. Este planejamento não se configura como um documento isolado, mas como um instrumento alinhado aos esforços contínuos de aprimoramento e padronização da atuação ministerial em todo o país. As ações aqui delineadas visam construir e consolidar os pilares conceituais, metodológicos e organizacionais que são essenciais para uma produção de conhecimento coesa, padronizada e colaborativa.

O presente Plano de Metas da CT1 busca, assim, fomentar um ambiente propício à inovação e ao desenvolvimento de competências, instrumentalizando a Rede MPCContas para que cada um de seus membros possa exercer suas funções com crescente precisão e impacto. Ao investir no desenvolvimento institucional e na gestão estratégica do conhecimento, almeja-se não apenas otimizar os processos internos, mas, fundamentalmente,

fortalecer o controle social e a defesa do patrimônio público, em benefício de toda a sociedade brasileira.

1.2. Comissão Temática 1: Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento

A Rede MPContas consolida-se como um espaço vital de convergência e cooperação técnica entre os Ministérios Públicos de Contas do Brasil. Sua concepção visa robustecer a atuação do controle externo, promovendo um intercâmbio dinâmico e contínuo de informações, experiências e metodologias de trabalho. A governança da Rede é desenhada para assegurar tanto a representatividade de seus membros quanto a agilidade na execução de suas diretrizes, operando por meio de um Comitê Gestor que direciona as atividades e busca a sinergia entre os diversos partícipes.

Para catalisar ações focadas e especializadas, a Rede MPContas, por meio do seu Comitê Gestor, estrutura sua atuação em Comissões Temáticas. Dentro deste arranjo estratégico, a Comissão Temática 1 (CT1), formada por representantes do MPC-SC, MPC-SP e MP-TCU, assume a responsabilidade central pelo Desenvolvimento Institucional e pela Gestão do Conhecimento. A CT1 não é apenas uma unidade de trabalho, mas um núcleo pensante e articulador, cuja missão é edificar e nutrir as fundações sobre as quais se assenta uma atuação ministerial mais integrada, eficiente e inovadora.

O escopo da CT1 abrange desde a proposição de modelos e diretrizes para a organização e funcionamento das atividades de produção de conhecimento nos MPCs, até o fomento de uma cultura de aprendizado contínuo e de compartilhamento de saberes. Isso inclui o estímulo à padronização de boas práticas, o desenvolvimento de estratégias para a comunicação e integração interinstitucional, e a promoção da capacitação qualificada dos membros e servidores. Ao coordenar os esforços nestas frentes, a CT1 desempenha um papel indispensável na construção de um patrimônio intelectual comum e no fortalecimento da capacidade coletiva da Rede MPContas. Este Plano de Metas, sob sua responsabilidade, reflete o compromisso da Comissão em traduzir essa visão em ações concretas e resultados mensuráveis.

1.3. Eixos Estratégicos e Ações para 2025

As ações práticas de desenvolvimento institucional e gestão do conhecimento previstas para o exercício de 2025 englobam um espectro diversificado de iniciativas, visando particularmente à promoção da estruturação organizacional, ao aprimoramento da comunicação e integração, à produção e disseminação de conhecimento qualificado, à modelagem e difusão de boas práticas, à gestão eficiente de soluções tecnológicas e à capacitação contínua dos membros e servidores da Rede MPContas. As iniciativas foram agrupadas em eixos estratégicos que se complementam, buscando um desenvolvimento harmonioso e integrado.

1.3.1. Planejamento Estratégico e Estruturação Organizacional

Este eixo foca no estabelecimento de diretrizes claras e na criação de modelos organizacionais que orientem e sustentem a atuação da Rede MPContas e de seus partícipes, especialmente no que tange à atividade de inteligência e produção de conhecimento.

- **Ação 1: Elaborar o Plano Anual de Metas do Comitê Gestor**
 - **Objetivo Estratégico:** Garantir o alinhamento e a efetividade das ações da Rede MPContas.
 - **Ação Detalhada:** Desenvolver um plano anual contendo as diretrizes estratégicas, objetivos prioritários, metas específicas e o plano de trabalho detalhado do Comitê Gestor.
 - **Prazo:** Julho de 2025.
 - **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Plano Anual de Metas elaborado (minutado) e submetido à fase de aprovação pelo Comitê Gestor.

- **Ação 2: Mapear e Analisar a Situação Atual da Atividade de Inteligência nos MPCs**
 - **Objetivo Estratégico:** Diagnosticar as capacidades e necessidades dos MPCs na área de inteligência.
 - **Ação Detalhada:** Implica na consolidação sistemática dos dados coletados no primeiro trimestre de 2025 sobre a atividade de inteligência em cada MPC, seguida de uma análise aprofundada para identificar o estágio de maturidade, as estruturas existentes, as ferramentas utilizadas, os desafios enfrentados e as boas práticas. Os resultados serão estruturados e divulgados em um relatório diagnóstico abrangente.
 - **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
 - **Prazo:** Julho de 2025.
 - **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Relatório de diagnóstico da atividade de inteligência nos MPCs concluído e divulgado (atualmente em fase de consolidação e análise das respostas).

- **Ação 3: Formular Propostas de Estrutura e Funcionamento para a Produção de Conhecimento**
 - **Objetivo Estratégico:** Padronizar e otimizar a produção de conhecimento nos MPCs.
 - **Ação Detalhada:** Desenvolver propostas para o funcionamento da atividade de produção de conhecimento para os MPCs, incluindo sugestões de composição de equipes, estrutura mínima necessária, protocolos operacionais e modelos replicáveis de inteligência estratégica e modelagem de processos de trabalho.

- **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
- **Prazo:** Setembro de 2025.
- **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Documento com propostas de estrutura e funcionamento elaborado. O início deste trabalho está condicionado à aprovação da Doutrina de Inteligência da Rede MPContas.

1.3.2. Comunicação, Relacionamento e Integração Institucional

Este eixo visa ao fortalecimento dos laços institucionais e à otimização do fluxo de informações entre os membros da Rede MPContas, promovendo um ambiente genuinamente colaborativo e integrado.

- **Ação 4: Elaborar e Implementar um Plano Estruturado de Comunicação e Relacionamento Interinstitucional**
 - **Objetivo Estratégico:** Melhorar a comunicação e a integração entre os participantes da Rede MPContas.
 - **Ação Detalhada:** Elaborar e implementar um plano estruturado que defina estratégias, canais, públicos-alvo e responsabilidades para a comunicação interna e externa, visando o relacionamento interinstitucional eficaz entre os participantes da Rede MPContas.
 - **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
 - **Prazo:** Dezembro de 2025.
 - **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Plano de Comunicação e Relacionamento Interinstitucional elaborado e em fase inicial de implementação. Os membros do comitê estão em tratativas com seus respectivos setores de comunicação para o desenvolvimento do plano.
- **Ação 5: Formatar e Realizar o Encontro InfoMPC**
 - **Objetivo Estratégico:** Fomentar o intercâmbio de conhecimento e o fortalecimento de laços institucionais.
 - **Ação Detalhada:** Programar uma agenda regular para o “Encontro InfoMPC”, um evento dedicado ao compartilhamento de trabalhos relevantes, experiências inovadoras e projetos exitosos, promovendo o estreitamento de laços e a colaboração entre os MPCs.
 - **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
 - **Prazo:** Dezembro de 2025 (para a primeira edição).
 - **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Primeira edição do Encontro InfoMPC realizada.

1.3.3. Produção, Gestão e Compartilhamento de Conhecimento

Este eixo concentra-se na criação, organização, sistematização e disseminação de conhecimento estratégico e técnico relevante para a atuação da Rede MPContas.

- **Ação 6: Promover o Compartilhamento de Conhecimento e Atuação Prática entre MPCs**
 - **Objetivo Estratégico:** Disseminar boas práticas e fomentar a colaboração na produção de conhecimento.
 - **Ação Detalhada:** Promover ativamente o compartilhamento de conhecimento e práticas de MPCs que já possuem estrutura consolidada e experiência voltada à produção de conhecimento com aqueles que buscam desenvolver ou aprimorar tais estruturas.
 - **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
 - **Prazo:** Dezembro de 2025 (ação contínua).
 - **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Aumento do volume de informações e práticas compartilhadas no sistema Rede MPContas. O comitê está identificando todos os meios de comunicação dos MPCs para acompanhar as notícias e fomentar a inclusão no sistema.
- **Ação 7: Elaborar Manuais, Guias e Informes Técnicos**
 - **Objetivo Estratégico:** Facilitar a replicação de trabalhos de inteligência e produção de conhecimento.
 - **Ação Detalhada:** Criar manuais práticos, guias metodológicos e informes técnicos sobre como realizar trabalhos de inteligência e produção de conhecimento, visando sua replicação interna nos diversos MPCs.
 - **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
 - **Prazo:** Dezembro de 2025.
 - **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Primeiros manuais/guias elaborados e disponibilizados. (Status: Não iniciado).
- **Ação 8: Formular a Doutrina de Inteligência da Rede MPContas**
 - **Objetivo Estratégico:** Estabelecer um referencial conceitual e metodológico unificado para a atividade de inteligência.
 - **Ação Detalhada:** Desenvolver uma doutrina de inteligência robusta e adaptada à realidade dos MPCs, voltada à atuação estruturada, integrada e padronizada da Rede.
 - **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
 - **Prazo:** Dezembro de 2025.

- **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Minuta da Doutrina de Inteligência elaborada e apreciada pelo Comitê Gestor.
- **Ação 9: Formular Planos e Estratégias para Gestão de Conhecimento Sistematizado**
 - **Objetivo Estratégico:** Assegurar a produção e o uso eficaz de conhecimento relevante.
 - **Ação Detalhada:** Formular planos e estratégias para a produção, organização, armazenamento, acesso e gestão de conhecimento sistematizado e útil para a atuação dos MPCs.
 - **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
 - **Prazo:** Dezembro de 2025.
 - **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Documento com planos e estratégias de gestão do conhecimento elaborado. (Status: Não iniciado).

1.3.4. Modelagem de Projetos e Disseminação de Boas Práticas

Este eixo busca a padronização de projetos de sucesso e a disseminação ampla de boas práticas, com o intuito de ampliar o impacto positivo e a eficiência da atuação dos MPCs em âmbito nacional.

- **Ação 10: Modelar Projetos Replicáveis para Atuação Interna nos MPCs**
 - **Objetivo Estratégico:** Facilitar a implementação de projetos eficazes pelos MPCs.
 - **Ação Detalhada:** Desenvolver modelos padronizados para projetos e trabalhos que possam ser facilmente replicados internamente em cada MPC, criando trilhas claras que possibilitem uma atuação independente, eficiente e padronizada em temas específicos.
 - **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
 - **Prazo:** Dezembro de 2025.
 - **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Primeiros modelos de projetos replicáveis desenvolvidos e disponibilizados. (Status: Não iniciado).
- **Ação 11: Mapear e Sistematizar Ações Exitosas de Fiscalização e Controle**
 - **Objetivo Estratégico:** Promover a disseminação e aplicação ampliada de boas práticas.
 - **Ação Detalhada:** Sistematizar ações exitosas de fiscalização e controle já realizadas pelos MPCs em formato replicável e disponibilizá-las em plataforma colaborativa, visando sua disseminação e aplicação ampliada em âmbito nacional.

- **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
- **Prazo:** Dezembro de 2025 (ação contínua).
- **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Base de dados/repositório de ações exitosas em desenvolvimento e com conteúdo crescente. O Comitê está identificando todos os meios de comunicação dos MPCs para acompanhar as notícias destes e fomentar a inclusão das mesmas no sistema Rede MPContas.

1.3.5. Gestão de Sistemas, Bases de Dados e Soluções Tecnológicas

Este eixo visa otimizar o uso de ferramentas tecnológicas e o acesso qualificado a bases de dados relevantes para a produção de conhecimento e para a atividade de inteligência estratégica.

- **Ação 12: Mapear e Compartilhar Catálogo de Sistemas e Bases de Dados Utilizados pelos MPCs**
 - **Objetivo Estratégico:** Facilitar o conhecimento e o acesso a ferramentas tecnológicas existentes.
 - **Ação Detalhada:** Criar e manter um catálogo atualizado de sistemas e bases de dados utilizados pelos MPCs, com informações sobre funcionalidades, abrangência, limitações e formas de acesso.
 - **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
 - **Prazo:** Dezembro de 2025.
 - **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Catálogo de sistemas e bases de dados elaborado e disponibilizado. Este trabalho será realizado com base no formulário respondido no início de 2025.
- **Ação 13: Identificar, Avaliar e Propor a Integração de Novas Bases de Dados e Ferramentas Tecnológicas**
 - **Objetivo Estratégico:** Expandir o acesso a informações e tecnologias relevantes para a inteligência estratégica.
 - **Ação Detalhada:** Identificar, avaliar e propor a integração de novas bases de dados e ferramentas tecnológicas relevantes para a atividade de inteligência estratégica, observando critérios de segurança, interoperabilidade, relevância e custo-benefício.
 - **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
 - **Prazo:** Dezembro de 2025 (ação contínua).
 - **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Relatórios periódicos com propostas de novas bases e ferramentas. (Trabalho constante do comitê).

- **Ação 14: Realizar Demonstrações Práticas de Bases de Dados e Sistemas**
 - **Objetivo Estratégico:** Ampliar o conhecimento prático na operacionalização de ferramentas tecnológicas.
 - **Ação Detalhada:** Realizar demonstrações práticas e *workshops* para ampliar o conhecimento na operacionalização de bases de dados e sistemas úteis à produção de conhecimento e à atividade de inteligência pelos MPCs.
 - **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
 - **Prazo:** Dezembro de 2025.
 - **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Demonstrações realizadas durante o Encontro InfoMPC.

1.3.6. Capacitação e Desenvolvimento Profissional

Este eixo foca no aprimoramento contínuo das competências técnicas, analíticas e estratégicas dos membros e servidores que atuam na Rede MPContas.

- **Ação 15: Desenvolver um Plano Estruturado de Capacitação e Desenvolvimento Profissional**
 - **Objetivo Estratégico:** Qualificar membros e servidores para uma produção de conhecimento estruturada e tempestiva.
 - **Ação Detalhada:** Desenvolver um plano estruturado de capacitação e desenvolvimento profissional para membros e servidores, incluindo cursos específicos, trilhas de aprendizagem e treinamentos necessários para subsidiar uma produção de conhecimento qualificada, estruturada e tempestiva.
 - **Responsável:** Comissão Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento.
 - **Prazo:** Dezembro de 2025.
 - **Indicador de Monitoramento/Produto Esperado:** Plano de Capacitação e Desenvolvimento Profissional minutado e em fase de aprovação pelo Comitê Gestor.

1.4. Considerações Finais

A implementação deste Plano de Metas pela Comissão Temática 1: Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento representa um passo crucial e estratégico para a consolidação da Rede MPContas como um referencial de excelência e colaboração no âmbito do controle externo brasileiro. As ações propostas, interconectadas e sinérgicas, visam construir, de forma participativa e contínua, uma infraestrutura sólida de conhecimento, processos e competências para uma atuação cada vez mais qualificada, integrada e impactante dos Ministérios Públicos de Contas.

O êxito destas iniciativas está intrinsecamente ligado ao engajamento proativo de todos os membros da Rede, à cultura da partilha constante de experiências e aprendizados, e à capacidade coletiva de adaptação às dinâmicas e demandas emergentes do cenário público.



COMISSÃO TEMÁTICA 2

Atuação Interinstitucional, Tecnologia
e Inovação



2.1. INTRODUÇÃO

Em uma era marcada pela interdependência das instituições públicas e pela vertiginosa evolução da tecnologia da informação, impõe-se ao controle externo a inadiável missão de reinventar-se. Não se trata apenas de acompanhar as mudanças na Administração Pública, mas de antevê-las, compreendê-las em sua complexidade e, sobretudo, moldar com inteligência – tomada em suas múltiplas acepções – os instrumentos de fiscalização à altura dos desafios contemporâneos.

É nesse cenário de elevada exigência técnica e estratégica que se insere a presente proposta para o Plano de Metas 2025, elaborado pela Comissão Temática 2 do Comitê Gestor da Rede MPContas. Longe de constituir um repositório de boas intenções, o plano apresenta-se como uma tessitura de inteligência aplicada e de sinergia interinstitucional. Cada ação nele delineada nasce do entrelaçamento virtuoso entre teoria e prática, entre o rigor da análise técnica e a sensibilidade institucional para as particularidades de cada ente partícipe.

O espírito que anima este plano é sublinhado pela busca obstinada por novos paradigmas de atuação que, sem abdicar da solidez metodológica, permitam ao Ministério Público de Contas explorar com maestria os territórios antes inóspitos da informação estratégica, da ciência de dados e da governança digital. Trata-se de um convite ao engajamento técnico, ao pensamento sistêmico e à construção coletiva de soluções que, ao mesmo tempo, promovam a excelência na Rede MPContas e projetem seu protagonismo para os cenários futuros do controle externo nacional.

Este documento não se dirige aos olhos apressados, mas às mentes vocacionadas ao exame detido, à reflexão crítica e ao comprometimento transformador. Aos que o percorrem com esse espírito, oferece-se não apenas um plano, mas uma visão de futuro institucional alicerçada em inteligência, tecnologia e inovação.

2.2. Comissão Temática 2: Atuação Interinstitucional, Tecnologia e Inovação

A Rede de Informações Estratégicas dos Ministérios Públicos de Contas (Rede MP-Contas) emerge como um mecanismo de integração técnica entre os órgãos partícipes, apresentando-se como instrumento precípuo de interação interinstitucional. Instituída mediante Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC) e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU), sua idealização visa ao fortalecimento da efetividade do controle externo da Administração Pública mediante intercâmbio sistematizado e permanente de informações e de padronização de metodologias de atuação entre os Ministérios Públicos de Contas.

A arquitetura de governança da Rede MPContas estrutura-se em duas instâncias colegiadas hierarquicamente articuladas: um Comitê Gestor, de natureza eminentemente operacional, incumbido da gestão executiva, na qual se insere a elaboração da proposta do Plano de Metas Anual; e um Órgão Colegiado, instância superior de índole estratégica, com atribuição para deliberar sobre o referido instrumento programático. Esta conformação institucional assegura, simultaneamente, legitimidade decisória e eficiência operacional à Rede.

Na trilha desse desenho estrutural, a operacionalização das atividades da Rede MPContas, sob a condução do Comitê Gestor, efetiva-se por intermédio de Comissões Temáticas concebidas como unidades especializadas em áreas específicas, passíveis de subdivisão em Grupos de Trabalho modelados conforme a natureza, relevância e abrangência dos temas identificados a partir das necessidades prementes dos Ministérios Públicos de Contas. Por sua vez, os Grupos de Trabalho são responsáveis pela execução das ações e projetos afetos às suas respectivas áreas de especialização.

Nesse contexto institucional, constituíram-se duas Comissões Temáticas no âmbito do Comitê Gestor da Rede MPContas: Comissão Temática 1 (CT1), voltada ao Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento; e Comissão Temática 2 (CT2), direcionada à promoção da Atuação Interinstitucional, Tecnologia e Inovação, responsável pela implementação de ações práticas de produção de conhecimento mediante integração de recursos tecnológicos e metodologias inovadoras à atividade de inteligência aplicada ao controle externo da Administração Pública.

Cumprir destacar, outrossim, que a atuação das Comissões Temáticas se opera de forma coordenada e permanente, proporcionando que as ações de inteligência sejam implementadas com sólido embasamento teórico e aplicação prática eficaz, favorecendo a integração entre áreas distintas de conhecimento, o intercâmbio de experiências entre os

integrantes da Rede MPContas e a adoção de estratégias otimizadas para o alcance dos objetivos institucionais. A interação entre seus membros materializa-se em reuniões virtuais periódicas e de forma contínua e assíncrona por meio de aplicativo de mensagens instantâneas.

Para o exercício de 2025, a composição da Comissão Temática 2 foi definida considerando-se a expertise técnica e a experiência institucional dos membros do Comitê Gestor, sendo integrada por seis representantes: MPC-ES (Supervisor), MPC-MG, MPC-PA, MPC-PE, MPC-PR e MPC-RN.

Conforme assinalado no Plano Preparatório de Ações, a Comissão Temática 2 tem por atribuição o desenvolvimento de projetos técnicos replicáveis entre os Ministérios Públicos de Contas, assegurando a padronização de procedimentos e a otimização de recursos institucionais. Sua atuação concentra-se na exploração de bases de dados, no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e na implementação de soluções de inteligência aplicadas ao controle externo, garantindo a efetividade e a eficiência das ações de fiscalização da Administração Pública.

Ao promover a integração entre os Ministérios Públicos de Contas por meio de ações práticas coordenadas, contribuindo, desse modo, para a atuação finalística orientada por dados e evidências, a Comissão Temática 2 almeja sensibilizar os membros da Rede MPContas acerca da relevância estratégica da atividade de inteligência, oferecendo capacitação técnica voltada à estruturação de análises de dados e à aplicação prática de metodologias de inteligência institucional. Ademais, suas ações são concebidas para respeitar as distintas realidades regionais, permitindo a adaptação contextualizada das ferramentas e estratégias conforme as necessidades específicas de cada órgão partícipe.

2.3. Grupos de Trabalho

Com o objetivo de implementar ações práticas de produção e uso estratégico de informações na dinâmica operacional da Rede MPContas, foram constituídos, no plano operacional, cinco Grupos de Trabalho (GTs) no âmbito da Comissão Temática 2:

GT Tecnologia e Gestão da Informação;

GT Gestão e Governança no Setor Público;

GT Transparência e Finanças Públicas;

GT Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

GT Políticas Públicas e Inclusão Social.

Estes Grupos de Trabalho buscam refletir, em sua essência, as áreas prioritárias de atuação dos núcleos de inteligência dos Ministérios Públicos de Contas, estruturando-se como células especializadas na coleta, tratamento e análise de dados para a produção e

disseminação de informações de inteligência voltadas ao controle externo da Administração Pública.

Nesse contexto, os projetos a serem desenvolvidos inicialmente foram selecionados por ocasião do processo de formação do Comitê Gestor, tendo como premissa assegurar que as iniciativas contemplem tanto viabilidade técnica quanto impacto estratégico para o fortalecimento das atividades de controle.

Para tanto, a coordenação de cada projeto será exercida pelo Ministério Público de Contas idealizador, garantindo o alinhamento das ações com os objetivos estratégicos da Rede. Adicionalmente, os cronogramas de implementação preveem fases sequenciais de desenvolvimento, com marcos de avaliação e ajustes metodológicos que permitam a otimização contínua dos resultados e a replicabilidade das soluções desenvolvidas nos demais órgãos integrantes da Rede MPContas.

No exercício dessas atribuições, os Grupos de Trabalho, preservando sua autonomia técnica, beneficiam-se do diálogo colaborativo com o partícipe Supervisor para aperfeiçoamento das decisões de natureza estratégica e metodológica. Esta interlocução institucional permanente entre o Coordenador do projeto, o partícipe Supervisor e a Presidência do Comitê Gestor, mostra-se imprescindível para assegurar o alinhamento das iniciativas aos propósitos da Rede MPContas, favorecendo a articulação harmoniosa e a convergência de abordagens no desenvolvimento das ações de inteligência.

Para a consecução exitosa das ações propostas e o pleno alcance dos objetivos traçados, a obtenção dos recursos necessários à implementação das atividades de inteligência, a exemplo das bases de dados e demais instrumentais, constitui atribuição natural do Ministério Público de Contas responsável pela coordenação do projeto, sem prejuízo da atuação colaborativa de outros partícipes, com vistas a fortalecer os laços de cooperação institucional que caracterizam a Rede MPContas.

Almeja-se, por fim, que a composição dos Grupos de Trabalho seja ampliada progressivamente ao longo do ciclo de desenvolvimento dos projetos, mediante integração de outros membros da Rede MPContas, promovendo, nessa perspectiva, a conjugação de experiências e expertises técnicas que aprimorem a execução das ações.

2.3.1. GT Tecnologia e Gestão da Informação

Idealizado com a função de desenvolver soluções tecnológicas inovadoras e apoiar ações fundamentadas no emprego de ferramentas computacionais, o Grupo de Trabalho Tecnologia e Gestão da Informação atua como núcleo de suporte técnico à inteligência institucional da Rede MPContas. Entre suas atribuições, destacam-se:

- Desenvolver e integrar sistemas de extração, tratamento, análise e visualização de dados relevantes ao controle externo da Administração Pública;
- Promover o intercâmbio de bases de dados entre os Ministérios Públicos de Contas, assegurando interoperabilidade e padronização de formatos;

- Apoiar tecnicamente os demais Grupos de Trabalho na estruturação de bases de conhecimento e no emprego de tecnologias aplicadas à inteligência;
- Estabelecer diretrizes abrangentes de governança da informação, segurança de dados e automação de processos.

2.3.2. GT Gestão e Governança no Setor Público

Estruturado com foco em ações de inteligência que promovam o aprimoramento da estrutura funcional da Administração Pública, o Grupo de Trabalho Gestão e Governança no Setor Público atua na produção de conhecimento estratégico voltado à avaliação e análise da governança organizacional em suas múltiplas dimensões. Compete a este GT:

- Produzir diagnósticos e análises sobre a estrutura administrativa e o desempenho de procedimentos da gestão pública;
- Estabelecer indicadores estratégicos e metodologias para avaliação da governança no setor público;
- Desenvolver técnicas especializadas de monitoramento e produtos de inteligência voltados à indução de boas práticas pelos gestores públicos;
- Identificar padrões de atuação, anomalias e riscos institucionais relacionados a falhas de governança e ineficiência administrativa.

2.3.3. GT Transparência e Finanças Públicas

Articulado com a missão de fomentar iniciativas que promovam a transparência da gestão fiscal, o controle social efetivo e a melhoria contínua na alocação e utilização dos recursos públicos, constituem atribuições do Grupo de Trabalho Transparência e Finanças Públicas:

- Mapear e analisar fluxos financeiros e orçamentários com base em dados oficiais, possibilitando a rastreabilidade integral dos gastos públicos;
- Desenvolver alertas antecipados de irregularidades e modelos preditivos para identificação de riscos fiscais e práticas desviantes;
- Estruturar metodologias de análise e relatórios estratégicos de inteligência que subsidiem a atuação tempestiva dos Ministérios Públicos de Contas;
- Monitorar o cumprimento das normas de transparência ativa e passiva, com foco em dados acessíveis e auditáveis que facilitem o exercício do controle social pelo cidadão.

2.3.4. GT Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Concebido com o propósito de desenvolver a inteligência ambiental em todas as suas vertentes e subsidiar os Ministérios Públicos de Contas com informações estratégicas que auxiliem na fiscalização de políticas públicas voltadas à sustentabilidade e preservação do meio ambiente, o Grupo de Trabalho Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável possui entre suas atribuições:

- Identificar e monitorar situações de risco ambiental, padrões de degradação e impactos de políticas públicas sobre o meio ambiente;
- Estruturar bases de dados georreferenciadas e sistemas de acompanhamento de indicadores ambientais;
- Desenvolver relatórios estratégicos sobre temas como licenciamento ambiental, saneamento básico, gestão de resíduos sólidos e mudanças climáticas, antecipando-se à ocorrência de situações críticas;
- Produzir análises integradas que contribuam para a inserção da variável ambiental nos processos decisórios e no planejamento público estratégico.

2.3.5. GT Políticas Públicas e Inclusão Social

O Grupo de Trabalho Políticas Públicas e Inclusão Social foi constituído com a finalidade de implementar ações voltadas ao aperfeiçoamento das políticas públicas, priorizando sobremaneira a promoção da acessibilidade universal e da inclusão social plena. Dedicado à análise e ao monitoramento da eficácia e conformidade das políticas públicas, este núcleo especializado emprega metodologias e indicadores para mensurar impactos sociais, particularmente sobre os segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, competindo-lhe:

- Produzir informações sobre a execução de políticas públicas, notadamente em relação à acessibilidade e inclusão social em domínios setoriais como educação, saúde, mobilidade urbana e infraestrutura física e digital, assegurando o cumprimento dos marcos normativos estabelecidos;
- Examinar a alocação e execução de recursos públicos destinados a programas de acessibilidade, inclusão, erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais, verificando a aderência aos princípios da dignidade humana, legalidade e eficiência, bem como a observância integral das diretrizes normativas aplicáveis;
- Detectar lacunas estruturais, incongruências operacionais e desvios normativos na implementação de políticas públicas voltadas à acessibilidade e inclusão social;

- Fomentar a *accountability* governamental e fortalecer os mecanismos de controle social sobre a execução das políticas públicas, fornecendo subsídios técnicos qualificados às instâncias decisórias.

2.4. Proposta de Ações para o Plano de Metas de 2025

As ações de inteligência associadas à Comissão Temática 2, previstas para o segundo semestre de 2025, englobam um espectro diversificado de projetos, visando particularmente à promoção da atuação interinstitucional, à inovação tecnológica e à otimização dos processos de controle externo da Administração Pública.

Conforme já assinalado, as propostas a serem inicialmente implementadas foram sugeridas durante o processo de constituição do Comitê Gestor da Rede MPContas, ficando sua coordenação executiva sob responsabilidade dos órgãos partícipes proponentes. No entanto, a partir dos dados coletados por meio da Segunda Edição do Mapeamento das Atividades de Inteligência dos Ministérios Públicos de Contas, novas iniciativas serão integradas ao portfólio de ações da Rede para atender às demandas emergentes dos Ministérios Públicos de Contas, assegurando a contínua evolução e aperfeiçoamento das práticas de inteligência institucional.

À luz dessas considerações, o presente Plano de Metas detalha as estratégias de expansão dos seguintes projetos:

Projeto SINARC (MPC-ES);

Projeto Controle Comissionado (MPC-MG);

Projeto Radar Ambiental (MPC-PA);

Projeto Fiscalização da Defesa Civil (MPC-PR); e

Projeto Monitoramento de Despesas com Shows (MPC-SP).

2.4.1. Projeto SINARC

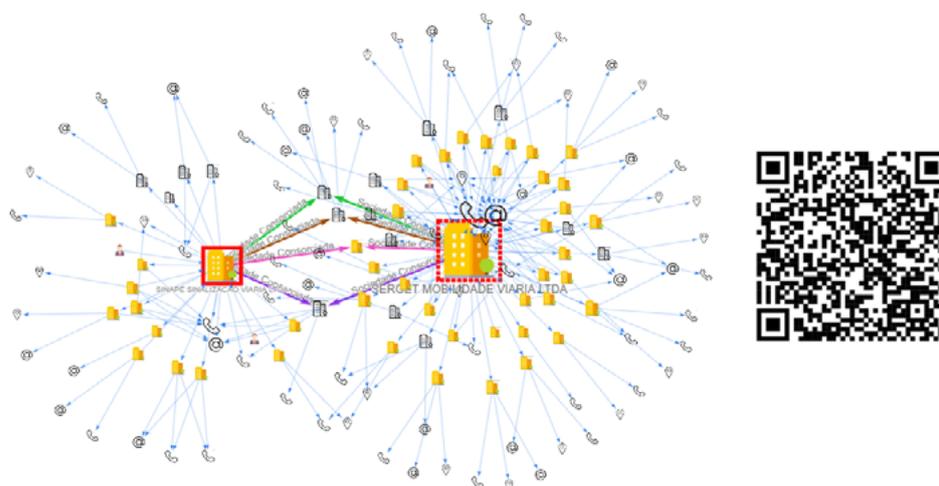
Grupo de Trabalho Responsável: GT Tecnologia e Gestão da Informação

Coordenação do Projeto: MPC-ES

Supervisão Geral: MPC-ES

Síntese da Proposta: O SINARC – Sistema Integrado de Análise de Redes Complexas consiste em um programa experimental de geração de grafos de conhecimento (*knowledge graphs*), desenvolvido pelo Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo sob os princípios da **Ciência Aberta** (UNESCO), abrangendo metodologia aberta, código

aberto, dados abertos, acesso aberto, revisão por pares aberta e recursos educacionais abertos.



Grafo gerado com o SINARC

Concebido a partir do inspirador projeto [Rede CNPJ](#), do qual extrai não apenas as premissas metodológicas, mas também a filosofia colaborativa que impulsiona o aperfeiçoamento do controle social da Administração Pública, o SINARC emprega, de igual modo, técnicas e ferramentas de programação inovadoras que lhe conferem funcionalidades singulares para a produção de informações estratégicas a partir de dados públicos.

Sistema de Inteligência OSINT: Como sistema de inteligência de fontes abertas (*Open Source Intelligence* – OSINT), disponibilizado sob Licença MIT como *software* livre e gratuito, o SINARC propõe-se a ampliar as perspectivas de análise das conexões existentes entre pessoas físicas, pessoas jurídicas, endereços, telefones e e-mails constantes na base de dados pública de CNPJ da Receita Federal, composta por 60 milhões de registros. Para tanto, utiliza a combinação de dois recursos que potencializam a análise:

- **Interface gráfica especializada:** concebida a partir dos princípios da percepção visual extraídos da Psicologia da Gestalt, facilitando a identificação visual das estruturas pelo analista;
- **Ferramentas computacionais avançadas:** conjunto de funções que utilizam a Teoria dos Grafos para analisar a rede de conexões sob a perspectiva de um Sistema Complexo, aplicando algoritmos matemáticos para auxiliar na identificação de informações, padrões ocultos e anomalias relevantes para a produção de conhecimento.

Exemplos de grafos online interativos gerados com SINARC

Grafo 1	20 nós e 26 arestas
Grafo 2	63 nós e 155 arestas
Grafo 3	77 nós e 155 arestas
Grafo 4	129 nós e 224 arestas
Grafo 5	146 nós e 313 arestas
Grafo 6	223 nós e 632 arestas
Grafo 7	2088 nós e 3964 arestas
Grafo 8	3192 nós e 7517 arestas

Fundamentação Teórica: Redes complexas constituem sistemas dinâmicos formados pelo conjunto de elementos (nós) e das relações existentes entre eles (arestas), cuja complexidade de suas conexões requer, para sua compreensão, a utilização de um conjunto de ferramentas especializadas para modelagem matemática, simplificação gráfica e análise computacional.

Nesse contexto, a complexidade de uma rede está diretamente relacionada ao grau de aleatoriedade e ao número de suas conexões. Sob essa perspectiva, o sistema analisa as conexões existentes em determinado momento entre pessoas físicas, pessoas jurídicas, endereços, telefones e e-mails cadastrados na base de dados pública de CNPJ da Receita Federal.

Em termos técnicos, o SINARC consiste em uma implementação computacional (*software*) de um modelo matemático (Teoria dos Grafos) que realiza análise estática (base de dados de CNPJ) de um sistema complexo e dinâmico (registros, baixas e atualizações diárias de pessoas jurídicas).

Em síntese, o programa captura um instante no tempo (data da disponibilização da base de dados pela Receita Federal), gerando uma representação fotográfica do processo contínuo de evolução de um sistema complexo, dinâmico e real, que consta nos registros, baixas e atualizações diárias de mais de 60 milhões de CNPJ.



Vídeo Demonstrativo 1



Vídeo Demonstrativo 2

Plano de Capacitação: A proposta de capacitação dos membros da Rede MPContas na utilização do SINARC, sob a responsabilidade do GT Tecnologia e Gestão da Informação e coordenação do MPC-ES, estrutura-se em quatro fases:

- **Fase Inicial – Capacitação do Comitê Gestor**

Workshops virtuais específicos: capacitação direcionada aos Ministérios Públicos de Contas que integram o Comitê Gestor, com foco na utilização e aplicação prática da ferramenta, com demonstração de estudos de casos;

- **Fase de Expansão – Capacitação Geral**

Workshops virtuais abrangentes: capacitação remota destinada a todos os Ministérios Públicos de Contas integrantes da Rede MPContas, objetivando disseminar o conhecimento técnico necessário para utilização da ferramenta no ambiente de produção de informações estratégicas em suas respectivas unidades;

- **Fase de Suporte – Apoio Contínuo**

Suporte técnico: disponibilização de apoio técnico permanente aos membros da Rede MPContas para esclarecimento de dúvidas, resolução de problemas operacionais e orientação quanto às melhores práticas de utilização;

- **Fase de Aprimoramento – Desenvolvimento Colaborativo**

Canal de *feedback*: disponibilização de canal para recebimento de sugestões de melhorias e propostas de aprimoramento do sistema, viabilizando a evolução colaborativa da ferramenta com foco na atividade de inteligência.

Cronograma de Implementação: Estima-se que até dezembro de 2025 todos os MPC estejam devidamente capacitados na utilização da ferramenta. O início das atividades de capacitação (Fase Inicial) está previsto para junho de 2025, assegurando cronograma adequado para a implementação gradual e sistemática do projeto.

Aplicação Prática no MPC-ES: O SINARC tem sido utilizado pelo Ministério Público de Contas do Espírito Santo como ferramenta primária de análise de vínculos entre pes-

soas físicas e jurídicas. Por utilizar exclusivamente dados públicos, sua aplicação não se restringe à atividade de inteligência com fontes abertas (OSINT), subsidiando também a análise técnica investigativa realizada pelas assessorias dos gabinetes nos processos de controle externo que tramitam perante o Tribunal de Contas.

Essa versatilidade operacional demonstra o potencial da ferramenta para atender às diversas demandas dos órgãos de controle, proporcionando maior efetividade na detecção de irregularidades e no mapeamento de redes de relacionamento complexas entre pessoas físicas e pessoas jurídicas.

Acesso e Disponibilização: O sistema encontra-se disponível para download sob a forma de arquivo executável portátil que dispensa instalação (Pen Drive SINARC), facilitando sua utilização pelos diversos órgãos da Rede MPContas.



Para informações detalhadas sobre o SINARC, recomenda-se consultar a página do projeto na plataforma Github: <https://github.com/controlecidadao/sinarc>.

Benefícios Esperados: A capacitação dos membros da Rede MPContas na utilização do SINARC objetiva proporcionar maior efetividade na análise inicial de vínculos empresariais, detecção de estruturas societárias complexas, identificação de padrões suspeitos e mapeamento de redes de relacionamento que possam sugerir irregularidades administrativas ou práticas lesivas ao interesse público.

Ademais, a utilização da ferramenta pelos órgãos partícipes da Rede MPContas favorece o intercâmbio de informações e de experiências, assim como o compartilhamento de metodologias e o desenvolvimento colaborativo de técnicas investigativas, fortalecendo a atuação dos Ministérios Públicos de Contas.

Cabe registrar, por fim, que, por ocasião da Segunda Edição do Curso Doutrina de Inteligência Aplicada ao Controle Externo, evento promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), realizado no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em setembro de 2024, o Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo foi convidado pelo corpo docente a realizar uma breve apresentação do SINARC no contexto da disciplina Inteligência com Fontes Abertas (OSINT) ([Notícia](#)).

2.4.2. Projeto Controle Comissionado

Grupo de Trabalho Responsável: GT Gestão e Governança no Setor Público

Coordenação do Projeto: MPC-MG

Supervisão: MPC-ES

Síntese da Proposta: O Projeto Controle Comissionado constitui uma iniciativa de inteligência estratégica desenvolvida pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, destinada ao monitoramento sistemático de nomeações para cargos de provimento em comissão, mediante análise de publicações oficiais eletrônicas.

A proposta objetiva examinar antecedentes pessoais e profissionais dos nomeados, visando subsidiar os Ministérios Públicos de Contas com elementos de informação que permitam aferir a observância dos princípios constitucionais da moralidade, da impessoalidade e da eficiência na Administração Pública.

Como instrumento de fiscalização preventiva, possibilita a identificação tempestiva de potenciais irregularidades no processo de provimento de cargos comissionados, assegurando maior transparência e *accountability* na gestão de recursos humanos do setor público.

Escopo de Inteligência: Por meio da análise minuciosa dos elementos informativos, busca-se identificar vícios de legalidade, impropriedades administrativas e incompatibilidades funcionais inerentes ao ato de nomeação. O procedimento investigativo possui escopo específico para detectar práticas nepotistas, situações de acumulação ilegal de cargos públicos e irregularidades funcionais decorrentes do exercício concomitante de atividades inconciliáveis.

Como consequência, o resultado da análise constitui subsídio técnico essencial para a validação da legalidade do ato administrativo, evidenciando a necessidade de que o procedimento de seleção para provimento de cargos em comissão – notadamente aqueles que requeiram conhecimento especializado para o exercício das funções de direção, chefia e assessoramento, em estrita consonância com os postulados constitucionais aplicáveis.

Implementação na Rede MPContas: No contexto da Rede MPContas, a implementação coordenada desta iniciativa objetiva fortalecer os mecanismos de controle externo sobre o provimento de cargos em comissão, estabelecer uniformização metodológica dos repositórios de dados e procedimentos operacionais entre os órgãos partícipes, bem como assegurar a observância aos protocolos de conformidade e governança pública.

Nessa perspectiva, a expansão do projeto configura-se como medida de aperfeiçoamento da atuação nacional dos Ministérios Públicos de Contas, proporcionando maior efetividade na detecção de irregularidades administrativas e consolidando instrumentos técnicos padronizados para o exercício da função constitucional de controle externo. A harmonização procedimental entre os órgãos partícipes da Rede MPContas potencializa a capacidade investigativa e assegura tratamento uniforme na análise de atos administrativos dessa natureza.

Metodologia Aplicada: A metodologia empregada pelo Projeto Controle Comissionado fundamenta-se no cruzamento entre as informações extraídas do monitoramento contínuo de publicações oficiais (Diário Oficial) e os dados obtidos mediante consulta às bases de acesso público e restrito, empregando técnicas analíticas específicas para detecção de vícios administrativos e incompatibilidades funcionais.

Para tanto, o procedimento se serve de ferramentas de inteligência de dados que permitem o escrutínio de informações, possibilitando a identificação de padrões indicativos de irregularidades no processo de nomeação. A integração de múltiplas fontes – incluindo sistemas de transparência pública, cadastros funcionais, registros profissionais e bases de dados governamentais – assegura abrangência investigativa adequada para verificação da regularidade dos atos de provimento.



Padronização de Procedimentos: O projeto viabiliza a criação de protocolo com pontos de controle e a sistematização de procedimentos técnico-operacionais destinados à aplicação uniforme nas ações de inteligência desenvolvidas pelos Ministérios Públicos de Contas. A iniciativa também estabelece marcos metodológicos que asseguram a observância de padrões mínimos de qualidade e efetividade no exercício da função fiscalizatória, conferindo maior segurança jurídica e tecnicidade aos procedimentos investigativos.

Com esse intuito, o compartilhamento de experiências institucionais, boas práticas e instrumentos técnicos constitui elemento fundamental para o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de controle externo, propiciando a construção colaborativa de modelagens analíticas que amplifiquem a capacidade investigativa da Rede MPContas.

Em idêntica senda, a consolidação desse acervo técnico-científico fortalece a produção de conhecimento no âmbito do controle externo, estabelecendo referencial metodológico consistente para detecção de irregularidades administrativas e assegurando a uniformização de critérios técnicos aplicáveis à análise de atos de provimento de cargos comissionados.

Protocolo Operacional: Apresenta-se, a seguir, uma síntese da metodologia adotada na análise da regularidade de atos de nomeação de servidores comissionados:

- **Fase de Qualificação:** O protocolo operacional de aplicação metodológica inicia-se por meio da identificação do ato de nomeação publicado no Diário Oficial, procedendo-se à qualificação integral do nomeado mediante coleta de dados essenciais, compreendendo filiação, data de nascimento, endereço residencial, entre outras informações. Este procedimento preliminar constitui etapa fundamental para subsidiar o mapeamento da situação jurídico-funcional do beneficiário do ato administrativo, viabilizando o cruzamento posterior de informações. A qualificação pormenorizada configura requisito indispensável para assegurar a precisão das análises subsequentes e a identificação inequívoca de potenciais incompatibilidades, vedações legais ou vícios que possam comprometer a regularidade do provimento;
- **Fase Investigativa:** Na sequência, procede-se à investigação pormenorizada do perfil profissional do nomeado, abrangendo o levantamento de vínculos empregatícios preexistentes, inserção social e trajetória funcional. Tendo por escopo mapear a situação fático-jurídica integral do beneficiário. De forma complementar, a análise biográfica proporciona a verificação de antecedentes funcionais, qualificação técnica, experiência profissional correlata às atribuições do cargo, bem como aferição da eventual existência de impedimentos que possam macular a licitude do ato administrativo. O levantamento dessas informações constitui pressuposto indispensável à detecção tempestiva de irregularidades passíveis de intervenção por parte do Ministério Público de Contas.

Na metodologia implementada pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, o processo investigativo utiliza fontes de informação diversificadas, organizadas segundo critérios de confiabilidade, sigilo e abrangência. O procedimento de consulta engloba repositórios oficiais de dados públicos, cadastros governamentais especializados, portais de transparência e sistemas de informação de acesso restrito, destacando-se:

- **DGI Consultas:** Sistema de inteligência disponibilizado pela Rede MPContas mediante integração ao Portal do Tribunal de Contas da União, constituindo ferramenta especializada para identificação e mapeamento de vínculos de parentesco, detecção de práticas nepotistas e controle preventivo de irregularidades funcionais decorrentes de nomeações incompatíveis com os postulados constitucionais da impessoalidade e da moralidade administrativa;
- **Situação Cadastral do CPF:** Sistema de consulta mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, destinado à verificação da regularidade e autenticidade de dados cadastrais de pessoas físicas, constituindo instrumento de controle

administrativo essencial para aferição da idoneidade documental e situação cadastral dos nomeados;

- **RECIVIL – Registro Civil de Minas Gerais:** Plataforma online mantida pelo Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais, a qual permite consultas a registros de nascimentos, casamentos e óbitos realizados no Estado;
- **CONSEC – Central Eletrônica Notarial de Serviços Compartilhados:** Sistema eletrônico desenvolvido pelo Colégio Notarial do Brasil para a gestão de bancos de dados com informações sobre testamentos, procurações e escrituras públicas de qualquer natureza, lavradas em todos os cartórios notariais do país;
- **Plataforma Lattes:** Sistema de consulta mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que integra bases de dados de currículos acadêmicos, grupos de pesquisa e instituições científicas em todo o país;
- **Conselhos Profissionais:** Portais dos respectivos conselhos de classe, a exemplo do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- **Diários Oficiais:** Diários Oficiais do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, da União, do Estado de Minas Gerais e dos municípios mineiros, objetivando identificar atos formais relacionados ao agente público em análise;
- **Portais de Transparência:** Portais da Transparência da União, do Estado de Minas Gerais e dos entes municipais para verificação de vínculos funcionais, remuneração, cargos ocupados e outras informações relacionadas ao agente nomeado;
- **Cadastro de Agentes Públicos do Estado de Minas Gerais (CAPMG/TCE-MG):** Base de dados dos agentes públicos do Estado de Minas Gerais e dos municípios mineiros;
- **Sistema de Gestão e Administração de Processos (SGAP/TCE-MG):** Sistema interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, utilizado para verificação de possível conflito de interesses envolvendo a pessoa nomeada;
- **Portais de Tribunais Judiciários (TRF-6, TJ-MG e TRE-MG):** Sistemas de consulta processual para identificação de eventuais ações judiciais em trâmite ou já transitadas em julgado, assim como para obtenção de certidões sobre a situação jurídica do agente público nomeado;
- **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ):** Banco de dados do Conselho Nacional de Justiça, usado para consulta sobre condenações ou situações de inelegibilidade;

- **Portal do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP-MG):** Portal de consulta sobre procedimentos investigatórios ou ações ajuizadas;
- **Portais da Polícia Federal e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais:** Sistemas consultados para emissão de atestados de antecedentes criminais e certidões negativas;
- **Banco Nacional de Mandados de Prisão (CNJ):** Base de dados usada para verificação de eventuais mandados de prisão em aberto em nome do servidor nomeado;
- **Sistemas de Buscas na Internet:** Motores de busca como o Google, o qual permite a utilização de operadores de pesquisa avançada, objetivando identificar conteúdos relevantes disponíveis publicamente.

A análise cruzada das informações extraídas das diversas fontes consultadas possibilita a elaboração de um perfil detalhado do agente nomeado, servindo de subsídio técnico para a identificação de eventuais riscos, inconsistências ou irregularidades que possam comprometer a legalidade, a moralidade ou a pertinência da nomeação.

Alinhamento Estratégico: No âmbito da Rede MPContas, o projeto Controle Comissionado mostra-se em consonância com o fortalecimento da efetividade do controle externo, promovendo maior integração na atuação finalística dos Ministérios Públicos de Contas, especialmente no que se refere à fiscalização dos atos de nomeação para cargos comissionados na Administração Pública.

Por conseguinte, a inserção do projeto na agenda de inteligência da Rede visa a ampliar a fiscalização sobre admissões em cargos comissionados, proporcionando a padronização no uso de bases de dados entre os Ministérios Públicos de Contas e incentivando a capacitação técnica e replicação da iniciativa pelos demais partícipes, além de reforçar a aderência às diretrizes de integridade e compliance públicas.

Plano de Expansão: Reconhecendo a relevância e o potencial de replicabilidade do projeto para o fortalecimento da atuação dos Ministérios Públicos de Contas em âmbito nacional, apresenta-se um plano estruturado para expansão do Projeto Controle Comissionado junto a todos os membros da Rede MPContas, com previsão de implementação para o segundo semestre de 2025:

- **Workshops virtuais de capacitação para membros do Comitê Gestor:** Realização de treinamentos online para demonstrar a metodologia, as ferramentas e as melhores práticas do Projeto Controle Comissionado, incluindo a apresentação de estudos de caso e análise dos resultados alcançados pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais;
- **Workshops virtuais de capacitação para todos os Ministérios Públicos de Contas:** Oferta de capacitação remota destinada a representantes de todas as instituições integrantes da Rede MPContas, objetivando disseminar o conheci-

mento técnico necessário para a implementação autônoma do projeto em suas respectivas unidades;

- **Suporte técnico e compartilhamento de ferramentas:** Disponibilização de apoio técnico permanente, modelos padronizados de procedimentos e, quando disponíveis, ferramentas e sistemas automatizados utilizados no monitoramento e na análise dos dados, facilitando a adoção e operacionalização do projeto pelos Ministérios Públicos de Contas;
- **Estabelecimento de canal colaborativo para troca de experiências e sugestões:** Criação de um ambiente para a comunicação e o intercâmbio de informações entre os membros da Rede que implementarem o Controle Comissionado, possibilitando o compartilhamento de desafios, resultados e propostas para o aprimoramento contínuo da metodologia e das ferramentas utilizadas.

Perspectivas de Aprimoramento: O projeto contempla a possibilidade de implementação de melhorias futuras, tais como a automação dos processos de monitoramento de nomeações nos Diários Oficiais e das consultas aos portais oficiais, além da ampliação do escopo de atuação para outras áreas, incluindo sua aplicação a pessoas físicas e jurídicas contratadas pela administração pública, mediante adaptação da metodologia de cruzamento de dados.

Resultados Esperados: Como resultados esperados, prevê-se o estímulo ao desenvolvimento de ações de inteligência voltadas às admissões em cargos comissionados por parte de todos os Ministérios Públicos de Contas. A expansão do projeto promoverá maior efetividade no controle de nomeações, intensificando a cooperação técnica entre os membros da Rede MPContas e assegurando a implementação de procedimentos padronizados na análise dessa temática.

2.4.3. Projeto Radar Ambiental

Grupo de Trabalho Responsável: GT Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Coordenação do Projeto: MPC-PA

Supervisão: MPC-ES

Síntese da Proposta: O Projeto Radar Ambiental destaca-se como ação estratégica de inteligência idealizada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Pará, destinada ao monitoramento da aplicação de recursos públicos em contratos relacionados à área ambiental. A iniciativa objetiva acompanhar, mediante análise de publicações oficiais eletrônicas, despesas públicas em ações ambientais acima de um valor de referência (valor adotado pelo MPC-PA: R\$ 500.000,00), com ênfase no combate ao desmatamento e outras políticas de preservação do meio ambiente.

Como instrumento de fiscalização preventiva e educativa, o projeto permite a identificação tempestiva de potenciais irregularidades na execução de políticas públicas ambientais,

assegurando maior transparência, efetividade e *accountability* na gestão dos recursos destinados à proteção do meio ambiente. A iniciativa decorre da necessidade de se superar as dificuldades de rastreamento de gastos públicos na área ambiental decorrentes da falta de transparência e de detalhamento adequado das informações governamentais, incluindo ordens de pagamento.

Escopo de Atuação: O projeto fundamenta-se no monitoramento contínuo de publicações em Diários Oficiais, com foco na identificação de contratos e despesas relacionadas às políticas ambientais. Por meio da análise minuciosa dos elementos informativos disponíveis, busca-se mapear integralmente os fluxos de recursos públicos destinados a ações de preservação do meio ambiente, combate ao desmatamento e demais políticas de sustentabilidade ambiental.

O procedimento investigativo permite detectar inconsistências entre os valores contratados, os pagamentos realizados e os resultados alcançados pelas políticas públicas ambientais, proporcionando subsídio técnico essencial para a aferição da eficiência, eficácia e efetividade dos gastos públicos com o meio ambiente.

Metodologia Aplicada: A metodologia empregada fundamenta-se no cruzamento de informações extraídas do monitoramento de publicações oficiais com dados obtidos mediante consulta às bases governamentais, aplicando técnicas analíticas para detecção de inconsistências na execução de políticas públicas ambientais.

No âmbito do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, o procedimento utiliza sistema informatizado disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará para filtragem e classificação das publicações do Diário Oficial. Na sequência, procede-se ao cruzamento com dados da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), compartilhados mediante acordo de cooperação técnica, para verificação dos pagamentos realizados. A integração dessas fontes de informação permite o acompanhamento integral do ciclo de execução orçamentária e financeira dos recursos destinados às políticas ambientais.

Protocolo Operacional: O protocolo operacional de implementação do Projeto Radar Ambiental estrutura-se em três fases:

- **Fase de Monitoramento:** Utilização do sistema informatizado do Tribunal de Contas para filtragem e identificação de publicações relacionadas a contratos ambientais superiores ao valor estabelecido como parâmetro. Esta etapa assegura o acompanhamento sistemático e tempestivo das contratações públicas na área ambiental;
- **Fase de Verificação Financeira:** Cruzamento das informações contratuais identificadas com os dados de pagamento disponíveis na base da Secretaria de Estado da Fazenda. Esta etapa permite verificar a correspondência entre os valores contratados e os efetivamente pagos, identificando eventuais discrepâncias ou irregularidades;
- **Fase de Análise Técnica e Educativa:** Elaboração de relatórios de informação e encaminhamento aos órgãos decisores do Ministério Público de Contas para

análise e eventual atuação. Paralelamente, desenvolve-se trabalho educativo junto às secretarias responsáveis, promovendo o diálogo institucional e o aprimoramento da transparência na gestão ambiental.

Fundamentação Legal e Institucional: O projeto alinha-se aos princípios constitucionais da transparência pública, da eficiência administrativa e da proteção ao meio ambiente, encontrando respaldo nas diretrizes estabelecidas pela legislação ambiental brasileira e nas competências institucionais dos órgãos de controle externo. Outrossim, a ação contribui para o cumprimento das metas nacionais de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, especialmente relevantes na região amazônica.

Parceria Institucional: A implementação do projeto beneficia-se de parceria estratégica estabelecida entre o Ministério Público de Contas do Estado do Pará e o MapBiomias/Transparência Internacional, proporcionando acesso a dados georreferenciados e indicadores ambientais que enriquecem a análise técnica e fortalecem a capacidade investigativa na área ambiental.

Desafios Identificados: O Ministério Público de Contas do Estado do Pará identificou limitações significativas relacionadas à qualidade e acessibilidade das informações públicas ambientais. Destacam-se as deficiências dos Portais da Transparência estaduais e municipais, que frequentemente não disponibilizam dados suficientemente detalhados sobre a execução das políticas ambientais, dificultando o controle social efetivo.

Adicionalmente, o acesso a informações financeiras detalhadas da Secretaria de Estado da Fazenda, essencial para o cruzamento de dados, depende de parcerias institucionais específicas, não sendo disponibilizado publicamente, o que pode constituir limitação para a replicabilidade imediata do projeto em outras unidades da Federação.

Implementação na Rede MPContas: No contexto da Rede MPContas, a implementação coordenada desta iniciativa objetiva fortalecer os mecanismos de controle externo sobre as políticas públicas ambientais, estabelecer uniformização metodológica dos procedimentos de monitoramento entre os órgãos partícipes, bem como assegurar maior efetividade na fiscalização dos recursos destinados à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A expansão do projeto afigura-se como medida de aperfeiçoamento do sistema nacional de controle ambiental, proporcionando maior capacidade de detecção de irregularidades e consolidando instrumentos técnicos padronizados para o exercício da função constitucional de proteção ao meio ambiente. A padronização de procedimentos entre os Ministérios Públicos de Contas, sempre que possível, maximiza a efetividade do controle e assegura tratamento uniforme na análise de políticas públicas ambientais em âmbito nacional.

Replicabilidade e Adaptação Regional: A metodologia desenvolvida pelo Ministério Público de Contas do Estado do Pará apresenta elevado potencial de replicabilidade, podendo ser adaptada às diferentes realidades regionais e às especificidades locais das políticas ambientais. A iniciativa mostra-se especialmente relevante para regiões com maior incidência de problemas relacionados ao meio ambiente, como a Região Norte do

Brasil, sem prejuízo de sua expansão para outras áreas temáticas e diferentes contextos geográficos.

A adaptação regional contempla, ainda, a possibilidade de ajuste dos valores de referência para monitoramento, adequação às bases de dados disponíveis localmente e customização dos procedimentos conforme as parcerias institucionais estabelecidas por cada Ministério Público de Contas participante.

Potencial de Integração: O Projeto Radar Ambiental ostenta significativa aptidão para integração com outras iniciativas afetas à Comissão Temática 2, especialmente com o Projeto Fiscalização da Defesa Civil, dada a inter-relação entre questões ambientais, mudanças climáticas e gestão de riscos de desastres naturais. Essa afinidade pode resultar no desenvolvimento de um projeto único, aplicável nacionalmente, que contemple tanto a prevenção de riscos ambientais quanto a preparação para situações de emergência.

Cronograma de Implementação: O desenvolvimento das atividades de capacitação e expansão do Projeto Radar Ambiental está previsto para o segundo semestre de 2025, seguindo cronograma alinhado com as demais iniciativas da Comissão Temática 2. A implementação gradual e sistemática, sob coordenação do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, assegurará a adequada transferência de conhecimento e a adaptação metodológica às realidades locais dos Ministérios Públicos de Contas participantes.

Resultados Esperados: Como resultados esperados, prevê-se o fortalecimento da capacidade de fiscalização das políticas públicas ambientais por parte dos Ministérios Públicos de Contas, a melhoria da transparência na aplicação de recursos ambientais, o desenvolvimento de cultura institucional voltada ao controle preventivo e educativo, além da consolidação de metodologias padronizadas para monitoramento de gastos públicos com o meio ambiente.

A implantação coordenada do projeto deverá contribuir significativamente para o aprimoramento da gestão pública, proporcionando maior efetividade no uso de recursos destinados à preservação ambiental e fortalecendo os mecanismos de controle social sobre as políticas públicas de sustentabilidade e proteção do meio ambiente.

2.4.4. Projeto Fiscalização da Defesa Civil

Grupo de Trabalho Responsável: GT Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Coordenação do Projeto: MPC-PR

Supervisão: MPC-ES

Síntese da Proposta: O Projeto Fiscalização da Defesa Civil revela-se como ação de controle inovadora, empreendida pelo Ministério Público de Contas do Estado do Paraná. Sua concepção direciona-se à fiscalização da estrutura funcional da Defesa Civil no âmbito municipal, fundamentando-se nas exigências normativas de caráter federal e estadual pertinentes à matéria.

Sua implantação revela-se como instrumento básico para a verificação da existência e da publicidade de planos e estruturas relacionadas à prevenção e resposta a desastres, visando ao aprimoramento da segurança pública e da capacidade de resiliência das comunidades face a eventos climáticos extremos e outros riscos. Em sua essência, a iniciativa assume caráter preventivo e estruturante, buscando mitigar as lacunas informacionais e operacionais identificadas na gestão local de riscos.

Escopo de Atuação: O escopo da fiscalização delineada pelo projeto abrange múltiplos aspectos das estruturas municipais da Defesa Civil. Incluem-se na análise o planejamento institucional, a existência e o conteúdo dos planos de redução de risco e dos planos de contingência. Adicionalmente, são objetos de verificação o cadastro de populações vulneráveis e a estrutura física e operacional de abrigos disponíveis para situações de emergência. Entre os focos principais encontra-se a verificação da publicidade e da acessibilidade às informações indispensáveis ao enfrentamento de emergências, tais como contatos de urgência e acesso aos planos operacionais.

Metodologia Aplicada: A metodologia proposta para a execução do projeto baseia-se primariamente na realização de diagnósticos junto aos coordenadores municipais da Defesa Civil. Para tanto, empregam-se ferramentas de coleta estruturada de dados, como formulários eletrônicos. A interação com os gestores municipais ocorre majoritariamente de forma remota, utilizando canais como aplicativos de mensagens instantâneas. Embora a metodologia tenha enfrentado desafios iniciais relacionados à qualidade das respostas obtidas, a superação dessas dificuldades tem sido alcançada mediante acompanhamento direto para a busca e fornecimento de informações precisas. A estratégia metodológica se propõe, portanto, em converter dados declaratórios em um panorama diagnóstico útil para a ação de controle.

Desafios Identificados: Um desafio proeminente identificado na execução do projeto reside na acentuada lacuna de informações disponíveis nos portais de transparência municipais acerca da Defesa Civil. Essa deficiência obsta o acesso direto do cidadão a dados vitais em situações de emergência. Tal constatação aponta para a necessidade de serem consideradas medidas alternativas para a disseminação de informações em cenários críticos.

Implementação na Rede MPContas: No contexto da Rede MPContas, a implementação coordenada desta iniciativa configura-se como uma ação de controle passível de expansão em âmbito nacional. Seu acolhimento visa a fortalecer os mecanismos de fiscalização sobre a organização e a transparência das estruturas municipais da Defesa Civil em todo o país. Ao padronizar o diagnóstico dessas estruturas, o projeto contribui para a uniformização de procedimentos de controle entre os diversos órgãos partícipes. Reforça, outrossim, a relevância da atividade de inteligência e controle na promoção da segurança e da prevenção de riscos relacionados a desastres.

Replicabilidade e Adaptação Regional: O Projeto Fiscalização da Defesa Civil também possui características que recomendam sua replicabilidade, sendo aplicável às distintas realidades dos Ministérios Públicos de Contas e dos municípios brasileiros. A metodologia pode ser segmentada em fases sequenciais, permitindo, por exemplo, uma primeira

etapa focada na verificação da mera existência dos planos e estruturas, seguida por um segundo estágio dedicado à análise de sua publicidade e acessibilidade. A implantação da ação poderá ser facilitada pela criação de um *checklist* padronizado para orientar a ação.

Potencial de Integração: Observa-se um significativo potencial de integração deste projeto com outras iniciativas da Comissão Temática 2, notadamente com o Projeto Radar Ambiental. A inter-relação entre questões ambientais, mudanças climáticas e gestão de riscos de desastres naturais permite a concepção de um projeto integrado, robusto e aplicável nacionalmente. Essa interação reforça a capacidade de atuação preventiva dos Ministérios Públicos de Contas ao abordar de forma conjunta temas de alta relevância climática e social.

Cronograma de Implementação: As atividades relacionadas ao desenvolvimento e à expansão do Projeto Fiscalização da Defesa Civil estão previstas para o segundo semestre de 2025, em alinhamento com o cronograma estabelecido para as demais iniciativas estratégicas da Comissão Temática 2.

Resultados Esperados: Como resultados esperados da implementação e replicação do Projeto Fiscalização da Defesa Civil, antevê-se o incremento na estruturação e na transparência das ações da Defesa Civil nos municípios. Espera-se que a iniciativa contribua para melhorar a acessibilidade da informação vital para os cidadãos em situações de emergência. Adicionalmente, busca-se a padronização de procedimentos de fiscalização nesta área entre os partícipes da Rede MPContas, promovendo maior efetividade na atuação preventiva e corretiva relacionada à gestão de riscos e desastres.

2.4.5. Projeto Monitoramento Nacional de Despesas com Shows

Grupo de Trabalho Responsável: GT Transparência e Finanças Pública

Coordenação do Projeto: MPC-SP

Supervisão: MPC-ES

Síntese da Proposta: O Projeto Monitoramento Nacional de Despesas com Shows representa uma iniciativa inovadora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, desenvolvida com o propósito de fortalecer e qualificar a atuação dos Ministérios Públicos de Contas na fiscalização de contratações destinadas à realização de eventos artísticos e culturais. A ação visa à implementação de um sistema de monitoramento contínuo e abrangente das despesas públicas com shows em âmbito nacional, bem como à análise sistemática de dados oficiais com o objetivo de promover maior transparência, racionalidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos neste segmento.

Escopo da Análise: O projeto contempla as seguintes dimensões analíticas:

- Monitoramento longitudinal dos gastos com shows, segmentado por artista, exercício fiscal e ente federativo;

- Identificação e análise dos principais artistas contratados e respectivos valores médios das apresentações;
- Aferição das despesas *per capita* com shows;
- Análise proporcional do comprometimento orçamentário dos entes federativos com eventos artísticos;
- Apuração dos percentuais de contratações diretas e inexigíveis realizadas para estas finalidades;
- Correlação com indicadores socioeconômicos e fiscais locais, tais como investimentos em educação, saúde, níveis de endividamento, despesas com pessoal, entre outros;
- Detecção de contratações com indícios de sobrepreço.

Bases de Dados Utilizadas: O projeto fundamenta-se na integração e análise de múltiplas fontes de dados oficiais para identificação, extração e tratamento de informações sobre contratações de shows, especialmente:

- **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – API:** Fonte primária para identificação e consolidação de contratos cujo objeto relaciona-se à contratação de shows e eventos artísticos;
- **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI):** Utilizado para extração das despesas orçamentárias por ente federativo, possibilitando a verificação do percentual de recursos empenhados anualmente com eventos artísticos;
- **LabContas:** Plataforma desenvolvida pelo Tribunal de Contas da União, empregada para cruzamento de dados e geração de alertas sobre riscos nas contratações públicas, incluindo identificação de sanções/penalidades aplicadas aos CNPJs contratados e detecção de contratações com empresas inativas;
- **Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM Brasil):** Base para análise comparativa com indicadores nacionais, verificando o cumprimento de despesas obrigatórias com educação, saúde e pessoal, considerando comunicados e alertas dos Tribunais de Contas sobre a necessidade de priorização de despesas essenciais;
- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):** Fonte de dados demográficos utilizados para cálculo de gastos *per capita* com shows, viabilizando a identificação de *outliers* e comparações com médias regionais e nacionais.

Metodologia Aplicada: A metodologia desenvolvida para o monitoramento estrutura-se nas seguintes etapas sequenciais:

- Mineração automatizada de dados do PNCP mediante aplicação de filtros por palavras-chave específicas, a exemplo de "show", "apresentação", "evento cultural", "artista", "entretenimento", entre outros;
- Classificação e padronização dos dados extraídos, organizados por CNPJ, valor contratual, data de realização e localização geográfica;
- Desenvolvimento de *dashboards* interativos em Power BI ou plataforma equivalente, incorporando indicadores de desempenho e sistema de alertas automatizados;
- Implementação de sistema de alertas automáticos baseado em critérios predefinidos, incluindo:
 - Contratação de CNPJs com sanções vigentes;
 - Gastos desproporcionais em relação ao orçamento do ente federativo;
 - Realização de despesas por entes em descumprimento aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal ou pisos constitucionais.
- Disponibilização do painel de alertas através da plataforma SharePoint da Rede MPContas;
- Capacitação de servidores dos Ministérios Públicos de Contas para utilização efetiva das funcionalidades da ferramenta;
- Elaboração de relatórios periódicos para divulgação pública dos principais achados e consolidação dos valores apurados.

Desafios Identificados: Durante o processo de estruturação do projeto, foram mapeados os seguintes desafios técnicos e operacionais:

- **Contratos com objetos genéricos:** Identificação de contratações descritas de forma ampla, como "serviços de entretenimento", que podem dificultar a categorização precisa;
- **Limitações na automatização:** Ausência de APIs disponíveis para extração automatizada de determinadas bases de dados, como o IEGM Brasil, demandando desenvolvimento de soluções alternativas.

Resultados Esperados: A implementação do Projeto Monitoramento Nacional de Despesas com Shows possui como meta alcançar os seguintes resultados estratégicos:

- Mapeamento nacional abrangente dos investimentos públicos em eventos culturais, com ênfase em shows e apresentações artísticas;
- Incremento da transparência e fortalecimento do controle externo e social sobre as despesas do setor;

- Prevenção de irregularidades em contratações realizadas por valores excessivos ou tecnicamente injustificáveis;
- Disponibilização de ferramentas analíticas para atuação proativa dos órgãos de controle, incluindo sistemas de alertas, rankings comparativos e relatórios analíticos especializados.

Cronograma de Implementação: A ação terá início no segundo semestre de 2025, com previsão de continuidade nos exercícios subsequentes, consolidando o caráter permanente e sistemático da iniciativa de monitoramento.

2.4.6. Portfólio Residual de Ações

Síntese do Portfólio: A Comissão Temática 2 possui um amplo portfólio de ações estratégicas que transcendem os seis projetos detalhados nos itens anteriores. Este conjunto de iniciativas, derivado de discussões no âmbito do Comitê Gestor, de reuniões da própria Comissão, bem como do Plano Preparatório de Ações, reflete o espectro de possibilidades de atuações práticas replicáveis pelos Ministérios Públicos de Contas.

Atuação Potencial: O escopo das demais ações abrange uma variedade de temas e abordagens metodológicas, visando sempre ao aprimoramento da inteligência aplicada ao controle externo. Entre as oportunidades identificadas para possível desenvolvimento, incluem-se:

- **Fiscalização da Gestão de Resíduos Sólidos:** A proposta do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná de fiscalizar a gestão de resíduos sólidos em âmbito municipal, abordando plano integrado, coleta seletiva, logística reversa e disposição final, alinha-se à temática desenvolvida pelo GT Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, constituindo área de atuação prática com significativo impacto social e ambiental;
- **Cruzamento de Dados para Identificação de Riscos:** Ações que envolvam o cruzamento de informações sobre servidores e terceirizados com bases de dados de foragidos da Justiça, ou a detecção de empresas impedidas de contratar que, no entanto, possuam contratos ativos em outros entes, são exemplos de iniciativas focadas na identificação de padrões de risco e de fraude, com aderência às matérias tratadas no âmbito do GT Gestão e Governança no Setor Público;
- **Monitoramento Automatizado e Controle de Nomeações:** Além do Projeto Controle Comissionado, a Comissão Temática 2 considera o desenvolvimento de ferramentas de monitoramento automatizado para contratações irregulares, utilizando, por exemplo, a API (*Application Programming Interface*) do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e a fiscalização integrada em folhas de pagamento e benefícios sociais, temas relevantes para o GT Tecnologia e Gestão da Informação, em colaboração com o GT Gestão e Governança no Setor Público;

- **Painel de Monitoramento das Carteiras de Investimentos dos RPPS:** Desenvolvimento de plataforma nacional integrada para análise comparativa e monitoramento contínuo dos investimentos realizados pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com funcionalidades de *business intelligence* e painéis de transparência pública. A iniciativa inclui a capacitação técnica dos agentes de integração no uso da ferramenta, visando identificar situações de risco e não conformidades que possam comprometer a gestão dos ativos previdenciários, a sustentabilidade atuarial e a rentabilidade das aplicações financeiras;
- **Projeto Inclusão Social com Acessibilidade:** Desenvolvido no âmbito do Comitê Gestor da Rede MPContas, este esforço colaborativo visa estabelecer mecanismos de acompanhamento e cumprimento da conformidade do percentual mínimo legalmente estabelecido para ocupação de postos de trabalho por pessoas com deficiência (PCDs) ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em empresas públicas e sociedades de economia mista. A iniciativa se fundamenta no artigo 93, inciso IV, da Lei Federal 8.213/1991, a qual exige que empresas com mais de 100 empregados reservem até 5% de suas vagas para esse público específico, uma medida que confronta a inobservância dessa prerrogativa e promove a efetiva inclusão social, nos moldes do que preceitua a Constituição Federal e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Federal 13.146/2015.

O escopo da atuação abrange a identificação dessas entidades em território nacional com contingente igual ou superior a 100 colaboradores, o levantamento pormenorizado do efetivo total e do percentual ocupado por PCDs, bem como a verificação da publicidade e acessibilidade dessas informações em seus portais eletrônicos.

Por sua vez, a metodologia empregada compreende a coleta e tratamento de dados de fontes oficiais em escala nacional, como a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Portais de Transparência, utilizando técnicas analíticas para identificar entidades em situação de não conformidade e mensurar o respectivo déficit de cumprimento das cotas legais de inclusão de pessoas com deficiência. A iniciativa baseia-se na análise criteriosa de precedentes do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos casos envolvendo a Caixa Econômica Federal (Acórdão 2977/2016) e o Banco do Brasil (Acórdãos 92/2023 e 427/2024), para desenvolver uma metodologia padronizada e replicável para atuação coordenada dos Ministérios Públicos de Contas;

- **Uso de Inteligência Artificial:** Iniciativas que utilizam grandes modelos de linguagem (*Large Language Models* - LLM) no exercício das atividades de inteligência também estão no horizonte das ações a serem implementadas pela Comissão Temática 2. Além dos sistemas proprietários como ChatGPT, Gemini e Claude, projetos como o [Samantha Interface Assistant](#), desenvolvido pelo Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo, que utiliza modelos de inteligência artificial de código aberto para gerar, de forma gratuita e ilimitada, códigos de programação para analisar bases de dados locais ou na internet, mostram-se promissores ([Samantha vídeo 1](#), [Samantha vídeo 2](#));

- **Atuação em Temas Financeiros e de Responsabilidade Fiscal:** Precatórios municipais, emendas parlamentares, limites de endividamento, despesas com pessoal, transparência de benefícios fiscais e aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) constituem temas estratégicos para a produção de estudos e ações que fortaleçam a atuação dos Ministérios Públicos de Contas. Tais iniciativas moldam-se às atribuições do GT Transparência e Finanças Públicas;
- **Temas Transversais:** A possibilidade de atuação colaborativa entre Grupos de Trabalho para ações conjuntas em temas transversais às suas respectivas áreas reforça o potencial de integração da Comissão Temática 2.

Metodologia Aplicada: A metodologia para implementação das demais ações seguirá os mesmos princípios de colaboração e replicabilidade que norteiam os projetos da Comissão Temática 2. A formalização das iniciativas incluirá, quando possível:

- **Estudos de Viabilidade e Modelagem:** Análise quanto à exequibilidade técnica e operacional das propostas, seguida pela modelagem de projetos em formato padronizado para replicação interna em cada Ministério Público de Contas;
- **Desenvolvimento Colaborativo:** Criação e compartilhamento de soluções tecnológicas simples e eficientes, bem como metodologias e processos de trabalho, aproveitando a expertise dos integrantes dos Grupos de Trabalho e de outros servidores dos Ministérios Públicos de Contas;
- **Disseminação de Boas Práticas:** Sistematização e disponibilização de ações exitosas já realizadas pelos Ministérios Públicos de Contas em formatos replicáveis, utilizando plataformas colaborativas.

Desafios Identificados: A materialização dessas iniciativas enfrenta desafios comuns, notadamente a necessidade de se superar as lacunas de informação e de transparência em diversas áreas, o que exige a busca por fontes alternativas e o estabelecimento de parcerias institucionais. A adaptação das metodologias às diferentes realidades regionais e estruturais dos Ministérios Públicos de Contas, aliada à necessidade de capacitação técnica contínua dos servidores envolvidos na atividade de produção de conhecimento também se apresentam como desafios a serem suplantados pela Comissão Temática 2.

Implementação na Rede MPContas: A implementação das ações deste portfólio na Rede MPContas ocorrerá de forma gradual e estratégica, orientada pelas prioridades definidas no Plano Anual de Metas a ser apreciado pelo Órgão Colegiado. Os Grupos de Trabalho desempenharão papel central na elaboração detalhada dos programas específicos para cada tema selecionado, impulsionando a atuação interinstitucional e o compartilhamento de recursos e conhecimentos entre os Ministérios Públicos de Contas.

Replicabilidade e Adaptação Regional: A concepção deste portfólio de ações está fundamentada na sua possibilidade de implementação pelos órgãos partícipes da Rede MPContas. Cada iniciativa será tratada de forma a se adaptar às distintas realidades locais e capacidades institucionais dos Ministérios Públicos, permitindo o ajuste de escopo e metodologia conforme as bases de dados disponíveis e as parcerias existentes.

Potencial de Integração: O portfólio de iniciativas da Comissão Temática 2 demonstra um elevado potencial de integração com as iniciativas detalhadas nesta proposta de Plano de Metas. Projetos na área ambiental, por exemplo, podem se beneficiar de ferramentas de tecnologia e análise de dados, enquanto a fiscalização financeira dialoga com a transparência e a gestão de recursos humanos. Essa aderência entre as diferentes linhas de atuação permite a construção de iniciativas mais robustas e de maior impacto social.

Cronograma de Implementação: A seleção e o desenvolvimento detalhado das ações constantes deste portfólio ocorrerão de forma oportuna, em alinhamento com o cronograma estabelecido para a elaboração e aprovação do Plano de Metas. A execução das ações prioritizadas terá início no segundo semestre de 2025, com possibilidade de continuação nos exercícios subsequentes.

2.5. Considerações Finais

O Plano de Metas 2025 da Comissão Temática 2 transcende a configuração convencional de um compêndio de projetos, constituindo-se como manifesto técnico-institucional orientado à consolidação de um paradigma inovador das ações de inteligência voltadas ao controle externo. Este novo modelo fundamenta-se na inteligência colaborativa, na excelência metodológica e na sofisticação dos instrumentos analíticos empregados.

As estratégias delineadas neste documento não se circunscrevem à resolução episódica de questões administrativas pontuais. Sua finalidade precípua reside na estruturação de um ecossistema de fiscalização proativa e sistêmica, capacitado para a antecipação de riscos, a identificação de ineficiências estruturais e a promoção de uma atuação estratégica integrada dos Ministérios Públicos de Contas no território nacional.

A materialização de tal propósito demanda compromisso institucional permanente com a excelência técnica, a articulação interinstitucional consistente e a capacidade adaptativa frente aos desafios emergentes no cenário contemporâneo da gestão pública.

Mediante a conjugação do rigor metodológico dos Grupos de Trabalho com a consideração das especificidades regionais, este Plano delineia um horizonte institucional caracterizado pela robustez operacional, pela inclusividade procedimental e pelo amadurecimento tecnológico. O êxito de sua implementação vincula-se, fundamentalmente, à disposição dos agentes envolvidos em cultivar uma cultura organizacional pautada pela inteligência compartilhada, que privilegie a experimentação controlada, a aprendizagem contínua e a integridade como pilares estruturantes da atuação pública.

Neste contexto, renova-se o compromisso com o engajamento qualificado e sistemático de todos os integrantes da Rede MPContas, de modo que este instrumento programático transcenda sua dimensão documental e se consolide como mecanismo efetivo de transformação substantiva da realidade fiscalizatória nacional, contribuindo decisivamente para o fortalecimento do controle externo e da transparência na gestão dos recursos públicos.

Samuel Rosa da Fonseca Silva (MPTCU)

Presidente – Comitê Gestor

Jonathan Artmann (MPC-SC)

Supervisor – Comissão Temática 1

Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento

Walter Junior Cabral de Lima (MPC-ES)

Supervisor – Comissão Temática 2

Atuação Interinstitucional, Tecnologia e Inovação

Aprovado pelo Órgão Colegiado em ____/____/____.



Rede
MPContas

PLANO DE METAS 2025

